

Editorial

História da educação revisitada: apresentando personagens, projetos e experiências

Adelia Miglievich-Ribeiro (UFES)¹
Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (UFRRJ)²

Foi com muita alegria que nós recebemos o convite para publicar o Dossiê "História da Educação revisitada: personagens, projetos e experiências" no *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais (Cadecs)*. É o tão propalado diálogo entre os campos do saber se concretizando sob a forma de um periódico acadêmico. Também expressa o bem-vindo diálogo entre a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao qual se unem, pelo interesse na temática proposta, alguns colegas e parceiros do Laboratório Educação e República (LER), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/Uerj). É interessante quando um jovem Programa de Pós-Graduação como o PGCS-Ufes, que gesta o Cadecs, articula-se com um programa mais maduro e ambos ganham em aprendizados mútuos. Sobretudo, o Dossiê nasceu com este *rostro* que ora levamos ao público leitor quando, mediante a chamada universal, pudemos receber as contribuições diversas de pesquisadores de distintas gerações e geografias que apostam, todos, no desafio de pensar a História da Educação, sob vários vieses e com distintas especificidades, da educação literária à educação especial, temporalidades diferentes, exibindo da memória de projetos político-pedagógicos a novas

¹ Doutora em Sociologia (PPGSA-IFCS-UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente no PPG de Ciências Sociais e no PPG de Letras (PGCS e PPGL/UFES). PQ Produtividade CNPq, nível 2. Taxa de pesquisa Fapes. E.mail: miglievich@gmail.com.

² Doutora em Educação (ProPEd-UERJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vinculada ao Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino do Instituto de Educação, Campus Seropédica. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA). Coordenadora da disciplina "Docência no Ensino Superior" oferecida a todos os programas de pós-graduação na UFRRJ. E.mail: m_angelicacoutinho@yahoo.com.br.

sendas de pesquisa em disputa. Ao fim, estão falando de escola, de produção de conhecimento, de projetos de nação, de cidadania e de reconhecimento de sujeitos.

A História da Educação permite compreender o processo educacional experimentado nas diferentes sociedades humanas; de como os vários grupos sociais, em variados contextos históricos, estruturaram o ensino, quais as teorias pedagógicas praticadas e as concepções acerca do mundo traduzidas nas instituições escolares, lócus privilegiado para a educação. Ao crescer à perspectiva mais ampla a atenção à dimensão local na reescrita da história da educação nacional, que têm conquistado a cada dia maior importância, também se possibilita a ampliação desta e o olhar minucioso sobre seu pluralismo e sua diversidade por tanto tempo recusados. A História da Educação permite-nos, ainda, descobrir personagens não suficientemente evidenciados, porém decisivos na construção do pensamento educacional na sociedade brasileira. Falamos, portanto, de dar visibilidade a histórias silenciadas e retomando-as, conseguir expandir nosso entendimento acerca dos dilemas desta mesma sociedade. A História pretende, sobretudo, contribuir para a compreensão da atualidade, e da construção do presente que se faz a partir do conhecimento e das explicações que podemos encontrar no passado.

Numa mirada sociológica, lemos os processos históricos e sociais nos quais a educação se realiza como pensamento e prática. Para tal, reunimos um leque amplo de pesquisadores das ciências humanas e das letras, que se propuseram a reconstruir episódios, acontecimentos, comuns ou emblemáticos, passíveis de análise, tendo em vista a valorização de uma agenda de pesquisa que já foi considerada central no debate nacional e, depois, pareceu segregarse em grupos muito específicos. Sabemos, porém, que qualquer isolamento não gera benefícios ao aprofundamento do conhecimento, nem estimula a possibilidade de novas abordagens de um evento. Se a escola não é apenas mais uma instituição social, ela está entre aquelas basilares na formação de um povo, e em sua caminhada democrática, podemos inferir que o empenho coletivo e interdisciplinar de pensar a Educação é salvo-conduto na superação das crises mais dolorosas.

O Brasil vir a ter uma população escolarizada sob os princípios de equidade e do respeito às diferenças é pré-requisito na construção de uma sociedade justa. Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, ao explicar sobre o paradoxal *homem cordial*, que retrata o modo personalista, autoritário e dissimulado dos detentores de poder na sociedade brasileira, declara que não há como combatê-lo se não pela defesa ampla da educação pública, acessível e de qualidade. Retoma a tragédia grega, *Antígona*, de Sófocles, para explicitar o risco, para uma sociedade, da prevalência da lei do *oikos* (da família grega) sobre a lei da *polis* (primeira ideia de cidadania e de "coisa pública" na história ocidental). A partir do mito de Creonte, que encarna a impessoalidade versus o patrimonialismo, Buarque de Holanda expõe a atualidade deste duelo e como o público não é uma continuidade do particular, se não sua transcendência, e como à escola cabe o delicado e necessário dever de estabelecer para as crianças e os jovens os limites entre o que é da ordem pública e o que é da ordem privada. A escola haveria, pois, de criar os primeiros mecanismos de ruptura com a ambiência doméstica, banhada em arbítrios e privilégios, para

inaugurar o convívio entre iguais, dotados do senso de responsabilidade por suas ações. O clássico do pensamento social brasileiro remetia a Knight Dunlap em *Civilized Life* (1935) para alertar: "As boas mães causam, provavelmente, maiores estragos do que as más, na acepção mais generalizada e popular destes vocábulos" (HOLANDA, 1995, p. 143).

Aos que, com razão de seu ponto de vista, condenam por motivos parecidos os âmbitos familiares excessivamente estreitos e exigentes, isto é, aos que os condenam por circunscreverem demasiado os horizontes da criança dentro da paisagem doméstica, pode ser respondido que, em rigor, só hoje tais ambientes chegam a constituir, muitas vezes, verdadeiras escolas de inadaptados e até de psicopatas (HOLANDA, 1995, p. 145).

O aprendizado democrático se realiza, para Holanda, na vida pública, e a passagem pela escola a inaugura. De outro ângulo, o sociólogo Florestan Fernandes, em 1979, associa o "atraso" na instrução pública ao desenvolvimento dependente do Brasil em face das nações centrais. Observa os recursos educacionais escassos e um sistema escolar inoperante, ambos não historicamente inevitáveis. Reivindica um sistema de ensino sob a égide de um padrão de conhecimento crítico, não-conformista e aberto à inovação a fim de contestar o atual quadro de subalternidade do país. Ao pensar a universidade, também identifica:

(...) resíduos educacionais ou institucionais arcaicos com interesses estamentais ou de classes (...). Não só estava montado para servir às relações de dependência; dava suporte a uma orientação tipicamente conservadora, que esvaziava a contribuição das escolas superiores para a transplantação cultural de significado histórico mais ou menos perturbador. Em consequência, operava como uma sorte de agente mecânico de transferência cultural, restringindo as inovações ao âmbito do pensamento abstrato, da falsa erudição e das racionalizações compensatórias, que movimentavam verbalmente os símbolos do "progresso cultural". (...) Ele não só entretinha "ilusões de progresso" (FERNANDES, 1991, p. 185).

A reflexão é herdeira, nalguma medida, do emblemático *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, lançado em 1932 em prol da luta pela modernização da educação brasileira em nome da escola gratuita e obrigatória, com vista à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, ainda fortemente sustentada na crença de que educação e democracia são partes essenciais de um Estado comprometido com o bem comum.

O movimento escolanovista, liderado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, dentre outros, deixou para as gerações posteriores um legado de convicções e de lutas em torno da escola pública, laica e gratuita que alimentou a arena pública de debates. Na transição dos anos 1950 para os 1960, Florestan, Darcy Ribeiro, Paulo Freire são ilustres exemplos daqueles ideais, sem que se negligenciem as especificidades de cada pensamento.

Darcy Ribeiro trabalhou, a convite de Anísio, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), ligado ao Inep (então, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), por sua vez órgão do Ministério da Educação. Quando

Juscelino Kubitschek leva à frente a construção da nova capital, Brasília, no Planalto Central, entrega o plano da educação pública no recém-criado Distrito Federal a ninguém menos que Anísio Teixeira, que imediatamente envolveu Darcy no projeto, incumbindo-o da criação da Universidade de Brasília, a qual, devemos lembrar, nascia ligada à educação básica. Um acúmulo de experiências trazido da Bahia permitiu a Anísio propor o sistema educacional da nova capital, influenciando fortemente Darcy Ribeiro em projetos que viriam a existir tempos depois, já no Brasil da redemocratização, quando, no governo Brizola dos anos 1980, aquele liderou a equipe que formulou e executou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, de curta vida em razão de complexas artimanhas políticas que se antagonizaram até destruir a então proposta de escola integral e popular.

A longa história da educação no século XX, de avanços e recuos, corresponde, como tentamos dizer, a uma incansável luta pela superação do "atraso" na sociedade brasileira. Como escreveu uma das organizadoras deste dossiê acerca do projeto da UnB de Darcy Ribeiro, posto em prática em 1962 e *ceifado* com o golpe civil-militar de 1964, a educação e a ciência eram temas indissociáveis e fundamentais na proposição de uma utopia a servir de diretriz para a vida nacional:

Para Darcy Ribeiro, o atraso é um problema nacional que exige o desenvolvimento de uma consciência crítica pelo povo brasileiro e, para tal, a universidade tem uma missão destacada. Nesta tarefa, é imperativa a adesão de pesquisadores, cientistas e intelectuais ao projeto de construção de uma universidade autônoma e socialmente responsável, capaz de empregar a metodologia científica moderna a serviço de nosso povo/nação, isto é, no esforço de autocompreensão de nossas condições socioeconômicas, virtudes e vicissitudes, potencialidades e constrangimentos. (...) Darcy Ribeiro sabia que as universidades existiam dentro de sistemas sociais globais, sendo mais fácil a estas refletir as mudanças fáticas da sociedade do que lhe imprimir alterações. Dialeticamente, porém, como parte do sistema estrutural global, estão capacitadas para antecipar transformações viáveis no contexto social, podendo intervir neste e imprimir-lhe características renovadoras. Neste caso, a instituição universitária atua como agente de transformação progressista e não como "freio de atraso", explorando as contradições inevitáveis do desenvolvimento a fim de superá-las numa síntese superior (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.154).

Perseguimos, hoje, ainda nos inícios do século XXI, os projetos, as práticas educacionais e as agendas de pesquisa na Educação que explicam qual sociedade somos e qual (ainda) não somos. Nas relações entre educação, história e ciências sociais, desejamos confrontar ideias, concepções e utopias, programas e experiências, no recurso, dentre outros, às pesquisas biográficas e prosopográficas, à etnografia e à história oral, na valorização da memória e das narrativas que traduzem histórias coletivas acerca da educação brasileira e de suas políticas públicas, também fazendo notar os novos desafios, aqueles ressignificados, as demandas que eclodem hoje como não se fazia ontem, a pluralidade de vozes que se colocam como partícipes da construção de uma política educacional inclusiva no Brasil. Nasce assim nosso Dossiê, no qual

tivemos a preocupação de articular reflexões sobre o pensamento educacional brasileiro de uma perspectiva crítica.

Iniciamos pelos artigos que versam sobre a história da educação de municípios de diferentes Estados brasileiros. São experiências e histórias que pretendem fornecer elementos para pensarmos nosso presente e construirmos o futuro das novas gerações, e nesse sentido lembramos de Lucien Febvre, que certa vez afirmou: “para fazer história virai decididamente as costas para o passado e vivei primeiro. Misturai- vos à vida. A vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade”.

Inauguramos nosso trajeto por São Paulo, pelo texto de Rogério Castro intitulado *O sonho de um tolstoiano: João Penteadado e a Escola Moderna de São Paulo (1912-1919)*. Aqui pretendemos conhecer uma experiência educacional voltada para a educação do proletariado, implementada por João Penteadado – defensor do pacifismo e do internacionalismo da classe trabalhadora –, personagem que granjeou a admiração dos meios operários redigindo artigos, palestrando pelo interior de São Paulo e recolhendo, junto aos sindicatos, os recursos necessários à manutenção do seu “ninho de liberdade”. Nesse sentido, tanto colaborou para que os organismos de classe ultrapassassem suas demandas mais imediatas quanto favoreceu a introdução da luta de classes no currículo escolar.

A seguir, desembarcamos em Alegre, município do interior do Estado do Espírito Santo, em que Cristiano Bodart narra a configuração do ensino de Sociologia na Escola Normal Municipal de Alegre, na década de 1930, e discute a influência da carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1891. O texto *Fundamentos do ensino de Sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935* pretende compreender as configurações do ensino de Sociologia no período em que a disciplina era obrigatória nesse nível educacional. Para tal empreitada, foram analisados os conteúdos de provas voltadas a essa modalidade de ensino, datadas do ano de 1935.

Brasília é a cidade de uma das experiências de Anísio Teixeira, já citado nesta apresentação, que apreciaremos na leitura de *Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as Escolas Classe/Escola Parque de Brasília*. Edilson de Souza propõe-se a refletir sobre o programa educacional que se materializou nas Escolas Classe/Escola Parque de Brasília na década de 1960, mediante o Plano de Construções Escolares de Brasília formulado por Anísio Teixeira, apoiado na produção acadêmica do grupo “Educação Básica Pública do Distrito Federal: Origens de um Projeto Inovador (1956-1964)”, que tem em seu acervo a memória dos pioneiros dessa experiência.

A próxima parada é na capital fluminense. *Memórias da Escola Normal Júlia Kubitschek na cidade do Rio de Janeiro: percurso de uma pesquisa de alunos e alunas na Pedagogia*, de Lia Faria e Rosa Braga, narra o percurso da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica: Ciências Sociais e Educação, voltada para alunos e alunas do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja finalidade é desenvolver os modos de ler, discutir, estudar e sistematizar o conhecimento. Para tal, as autoras realizaram uma pesquisa amparada na categoria de memória, que se propôs a investigar a trajetória dos professores e demais funcionários do tradicional Colégio Estadual Júlia Kubitschek, localizado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Em *A constituição do sistema municipal de Seropédica/RJ*, Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho pretende identificar e analisar as origens das primeiras escolas da cidade de Seropédica, um pequeno município da região metropolitana do Rio de Janeiro, muito pobre, de característica agrícola e visível precariedade nas condições de vida da população. Embora seja uma cidade-dormitório, pois atende a grande quantitativo de trabalhadores que têm empregos localizados em outros municípios próximos, é conhecida também como cidade universitária, pois abriga a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A partir desse ponto, passamos a reunir os artigos que tratam mais especificamente da memória de experiências, instituições, políticas públicas, bem como dos desenhos de pesquisa que incidiram nas histórias dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como na história da educação brasileira em dimensão mais ampla, ainda da história de um campo de saber.

Inauguramos a rota retroagindo para o início do século XX e trazemos, de Fernanda Ferreyro Monticelli, seu artigo *Elpídio Pimentel e o anúncio de uma Educação Especial no ano de 1923 no Espírito Santo*. O estudo apresenta o educador que tratou com rara sensibilidade em manual didático pioneiro, *Postillas Pedagógicas*, o que até então era da ordem do "inominável": a presença nas escolas de crianças e adolescentes tidas por "anormais". Elpídio defende a necessidade de um ensino primário especial ou "ortofrênico", termos utilizados então para se referir ao ensino dos "subnormais escolares" (na atualidade, alunos com deficiência) que substituísse a visão inatista do professor que pretendia "endireitar" o indivíduo "desajustado" pelo estímulo aos talentos, saberes e tempos distintos daqueles que aparecem ao mundo, como diz Boaventura de Sousa Santos, como "subjetividades desestabilizadoras", por isso excluídas e segregadas, quando o clamor haveria de ser em prol de uma educação para todos.

Com o artigo de Marcia Quaresma *O convênio estadual de ensino primário – 1943: o estado do Rio de Janeiro e a intervenção do Estado Novo na educação municipal*, passamos a registrar políticas no âmbito estadual e sua ressonância nos municípios em tempos de centralização do Estado. A autora analisa o convênio estadual de ensino primário assinado entre o estado do Rio de Janeiro e seus municípios à época, e a relação com o ideário do Estado Novo então em voga no país. Em 1943, os municípios do estado assinaram com o governo do Rio de Janeiro um convênio em que abriam mão da administração das escolas municipais. Tais restrições tiveram grande influência na história da educação desses municípios fluminenses.

Ainda para discutir algumas políticas e experiências brasileiras em educação no seu diálogo com a produção de conhecimento, temos o artigo *A diluição das fronteiras disciplinares no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: um diálogo entre educação e ciências sociais nos anos 1950 e 1960*, em que Fernando Gouvêa analisa o contato entre historiadores, educadores, antropólogos e sociólogos no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), durante os anos de 1955 a 1964, que possibilitou de maneira inédita a diluição de fronteiras entre tais intelectuais do campo das Ciências Humanas e Sociais.

Ao chegar aos anos 1980, podemos notar que os estudos que congregam apontamentos sobre a política educacional fluminense no período da redemocratização do país sinalizam novas posturas de pensar e fazer a educação. *Um olhar sobre a política educacional fluminense: tensões, contradições, fundamentos e fazimentos*, pesquisa de Sheila Monteiro Matos, desvela um caminho de lutas travadas entre interesses de classe na busca hegemônica do poder. Em razão de um projeto de uma escola democrática, os CIEPs foram gestados, tornando-se, porém, alvos de críticas, cujas disputas de interesse geraram seu desmonte. Nesse contexto, o artigo busca desvelar como a história fluminense trata desses fazimentos, vislumbrados para a classe popular.

Em seguida, Andrea Bayerl Mongim apresenta o contemporâneo tema da inclusão no nível superior de ensino, em *Itinerários de discentes considerados de classes populares: ingresso na universidade em contexto de ações afirmativas* quando analisa trajetórias de estudantes, oriundos de famílias de baixa renda e ingressantes nas IES privadas do Espírito Santo e na Ufes mediante o Prouni, os programas de reserva de vagas e o acesso anterior aos cursos do tipo Pré-vestibular para Negros e Carentes. Propõe-se a ampliar o debate já iniciado demonstrando que, embora a escolarização seja considerada prioritária pelos familiares, o projeto de ingresso no curso superior efetiva-se no processo de socialização secundária, por meio da interação com agentes mediadores, posicionados em quadros institucionais que ultrapassam os limites das redes de relações da família nuclear.

O artigo de Ronis Faria de Souza, *Leitura e Literatura, Literatura e Estado*, a partir de uma revisão bibliográfica perpetra uma exposição acerca da formação de um *Brasil Leitor* que deve consideravelmente à escola o papel de principal agente nesse processo, mediante ações planejadas do Estado. O autor, contudo, questiona qual leitura literária é fomentada pelo Estado, sua qualidade, seu caráter de universalidade ou não, a competência de se fazer um hábito permanente na vida do indivíduo, tangenciando as relações entre Estado, o mercado (editorial) e indústria cultural. Seu suposto é de que o desenvolvimento cultural pleno de uma nação exige cidadãos diretamente expostos a leituras críticas.

Encerramos o Dossiê de modo a instigar a continuidade das reflexões aqui propostas com o artigo de Leonardo Nolasco-Silva e Conceição Soares, que, em *Pesquisas nos/dos/com os cotidianos: como pensamos os projetos, os sujeitos e as experiências em educação*, discutem um relativamente novo campo de pesquisa da Educação. Indissociando *escolavida*, tal perspectiva teórica revela o conhecimento produzido no *dentrofora* das escolas – sempre no plural, para marcar a multiplicidade e as singularidades de que são feitos os cotidianos e seus agentes que *aprendem ensinam* enquanto interagem. Com Deleuze, Guatarri e Bhabha, os autores entendem a pertinência dos saberes dos cotidianos e das narrativas híbridas na construção da ciência como devir revolucionário.

Compartilhamos o êxito da empreitada aqui contida com os parceiros que (re)conhecemos no caminho e os autores que generosamente emprestaram seu saber à construção de nosso Dossiê no ainda jovem *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, do PGCS-Ufes. Agradecemos especialmente a Luiza Bissoli e

Clara Crizio, mestras pelo Programa, que muito contribuíram no cuidadoso *artesanato* de uma revista acadêmica.